**RESUMO EXPANDIDO EPCA 2024**

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NO INSTAGRAM: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE AS IMAGENS ESTÁTICAS EM O LIBERAL**

**(André Gome da Silva -UFPA)[[1]](#footnote-1)**

**(Elaide Martins - UFPA)[[2]](#footnote-2)**

**RESUMO**

A acessibilidade comunicacional na atualidade oferta diversas possibilidades relativas à inclusão midiática de pessoas com deficiência visual, principalmente quando se trata das redes sociais. Todavia, a falta de acessibilidade comunicacional ainda se configura como um problema recorrente na internet, circunstância que atinge também o webjornalismo realizado em redes sociais, sobretudo a falta de acessibilidade em imagens estáticas para as pessoas com deficiência visual. Diante disso, o presente trabalho objetiva a investigação acerca do implemento de Tecnologias Assistivas em imagens estáticas de posts da página do Instagram do jornal *O Liberal*, durante a primeira semana de outubro de 2024. Utilizandocomo objeto de pesquisa as imagens estáticas publicadas nos *posts* dessa rede social. Como resultados, evidencia-se a carência total de tecnologias assistivas na plataforma observada, bem como a necessidade por processos produtivos baseados em premissas inclusivas.

**Palavras-chave:** Acessibilidade Comunicacional. Pessoas com Deficiência Visual. Tecnologias Assistivas. Redes Sociais. Webjornalismo.

**1. INTRODUÇÃO**

A sociedade contemporânea é um cenário repleto de diversas manifestações de discriminação e opressão contra as minorias sociais. Dentre elas, estão as pessoas com deficiência. Frequentemente, elas são excluídas, seja pela falta de cumprimento das legislações, por preconceitos ou pela dificuldade que muitos têm em lidar com as diversidades. A acessibilidade é essencial não apenas para a inclusão dessas pessoas em todos os âmbitos da sociedade, mas também para o avanço da consciência cidadã e social dos indivíduos. Conforme afirmam Napolitano et al,

A acessibilidade é concebida como a possibilidade e a condição de alcance, percepção, entendimento e interação para a utilização, em igualdade de oportunidades, por qualquer indivíduo em quais quer circunstâncias, independentemente de suas particularidades. (NAPOLITANO et al, 2016, p. 128).

O diálogo sobre a acessibilidade na comunicação ainda é bastante limitado, tanto no meio acadêmico quanto na mídia. Ao abordar o tema, geralmente se foca na questão mais evidente, que é a acessibilidade física e arquitetônica. É fundamental que existam rampas, elevadores, banheiros adaptados, entre outros, em diversas áreas da sociedade. Contudo, é importante ressaltar que a dimensão comunicacional da acessibilidade frequentemente é negligenciada.

Segundo Schirmer (2008, p. 7), “diversas pessoas com dificuldades de comunicação podem não ser capazes de se expressar de maneira eficaz utilizando os meios de comunicação mais habituais”. Para superar esses obstáculos que comprometem a eficácia comunicacional para pessoas com deficiência, surgem as Tecnologias Assistivas. Refere-se a “toda a tecnologia criada para possibilitar o aumento da autonomia e independência de idosos e indivíduos com deficiência em suas atividades [...]” (TANGARIFE, 2007, p. 49). Neste trabalho, abordaremos exclusivamente as tecnologias assistivas relacionadas à comunicação, que constituem o foco da análise. Dentre as principais tecnologias assistivas, destacam-se a audiodescrição e/ou descrição de imagens, caixa de Libras, legendas para surdos e ensurdecidos, leitor de tela e caracteres ampliados.

Conforme informações do IBGE (2013), obtidas na Pesquisa Nacional de Saúde – PNS de 2013, 6,2% da população do Brasil apresenta algum tipo de deficiência, com a deficiência visual sendo a mais prevalente, afetando 3,6% dos brasileiros. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em um estudo adicional sobre deficiência visual, indicou que em 2019 temos 39 milhões de indivíduos cegos e mais de 246 milhões com baixa visão em todo o mundo e cerca de 1,5 milhão de pessoas cegas no Brasil (OTTAIANO, 2019).

Agora em 2024, um estudo realizado pelo movimento Web Para Todos, em parceria com a Big Data Corp e o Núcleo de Informação e Coordenação do Comitê Gestor de Internet, revelou que apenas 2,9% dos sites brasileiros possuem todos os elementos necessários para melhorar a acessibilidade durante a navegação. Essa situação revela uma realidade distinta das diretrizes estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146, sancionada em 6 de julho de 2015. A LBI aborda questões relacionadas à acessibilidade, design universal, tecnologias assistivas, eliminação de barreiras físicas e simbólicas, comunicação, entre outros temas, com o objetivo de garantir o pleno exercício de direitos e liberdades individuais para pessoas com deficiência.

No que diz respeito ao Jornalismo digital na Amazônia em relação à conformidade com a mencionada legislação, considera-se que é dever das plataformas de comunicação facilitar a inclusão desse segmento da população. Essa responsabilidade social se torna clara na medida em que a Constituição Brasileira (1988) assegura a todos os cidadãos do país o direito à liberdade de expressão e ao acesso à informação.

Diversas estratégias têm sido implementadas nas redes sociais para facilitar o acesso ao conteúdo visual, variando desde descrições elaboradas por pessoas sem deficiência visual até aquelas geradas automaticamente por meio de inteligência artificial (GLEASON ET AL, 2019). No Brasil, a hashtag #praCegoVer, criada por Patrícia Braille, destaca-se como uma das iniciativas manuais mais conhecidas. O conceito central é adicionar a todos os posts que contêm imagens um texto descritivo, precedido pela hashtag mencionada (BRAILLE, 2016). Atualmente existem apenas duas formas possíveis de se acessibilizar imagens em redes sociais, através da hashtag #praCegoVer ou por meio de texto alternativo, recurso de acessibilidade utilizado dentro do HTML da imagem da publicação, ambas maneiras são acessadas através de leitores de tela (tecnologia assistiva) que pessoas com deficiência visual utilizam tanto em computadores como em smartphones para poderem ter acesso ao conteúdo imagético.

Com base no que foi apresentado, este estudo visa examinar a utilização de instrumentos ou recursos de acessibilidade que possibilitem o acesso adequado de indivíduos com deficiência visual a imagens estáticas em uma plataforma jornalística em rede social na Amazônia. Para isso, toma-se como objeto de análise a página de rede social do jornal O Liberal, levando em conta sua relevância do jornalismo na Amazônia, quantidade de conteúdos publicados, seu alcance, considerando o número de seguidores, e, por último, a isenção de custos na navegação do site em questão.

**2. ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO**

A inserção do jornalismo em plataformas digitais, na década de 1990, ilustra um panorama de desigualdade na inclusão de pessoas em relação a uma determinada ferramenta de mídia. Sua implementação enfrentou desafios como: a escassa disponibilidade de acesso à internet, a necessidade de capacitação profissional e a exigência de investimentos significativos no setor (CANAVILHAS, 2006). Em outras palavras, nem todas as regiões e indivíduos conseguiram, inicialmente, vivenciar experiências midiáticas mais elaboradas, uma condição de desigualdade que ainda se observa em muitos contextos. Apesar dessas dificuldades, o jornalismo, ao se aventurar em ambientes virtuais mediados pela internet, encontra mais oportunidades para atrair públicos que não eram totalmente alcançados por formatos anteriores, como é o caso de uma parte dos indivíduos focados neste estudo.

De acordo com Seixas (2014) O Liberal é o mais antigo jornal em funcionamento na imprensa paraense. Foi criado em 15 de novembro de 1946 com finalidade político-partidária, como "órgão de comunicação do Partido Social Democrático". Atualmente, outubro de 2024, o jornal O Liberal tem uma rede social no Instagram com 658 mil seguidores e mais de 58 mil publicações, a maior rede social em jornalismo do estado do Pará.

A análise da página do Instagram do O Liberal teve empenho manual e se baseou em buscas por dois recursos assistivos de acessibilidade para imagens, durante a pesquisa foi utilizado o leitor de telas NVDA para analisar a presença ou não desses recursos. Os critérios observados fizeram referência à data de publicação das imagens das notícias, selecionando apenas a primeira semana de outubro de 2024, e o tipo de imagem, imagens estáticas. Já no que se refere à análise do corpus selecionado, o enfoque implementado pontua diretamente a busca por recursos de audiodescrição de imagens feita por duas maneiras possíveis dentro da plataforma, a primeira é com o uso da #praCegoVer dentro do texto das publicações e a segunda feita por texto alternativo.

A delimitação do corpus em consonância com o objetivo do estudo está disposta na Tabela 1.

Tabela 1 – Corpus do estudo: O Liberal

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Mês** | **Total de imagens estáticas (*posts*)** | **Total de imagens com a #praCegoVer** | **Total de imagens com texto alternativo** |
| Outubro (primeira semana) | 366 | 0 | 0 |

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, que dizem respeito às publicações do jornal O Liberal no Instagram, na primeira semana de outubro de 2024, infere-se que o jornal publicou um total de 366 imagens estáticas, todas elas sem recursos assistivos, inviabilizando a acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência visual no que tange o acesso a imagens publicadas em sua rede social.

Pessoas com deficiência visual, incluindo aqueles que são cegos ou têm visão reduzida, estão inseridos nas redes sociais (MORAES, 2018), pois fazem uso de programas leitores de tela: uma Tecnologia Assistiva que se comunica com o sistema operacional, convertendo os dados exibidos na tela (extraídos do código-fonte das aplicações) em informações auditivas, por meio de um sintetizador de voz (ENAP, 2022). Contudo, esses programas não conseguem decifrar conteúdos visuais (W3C, 2018).

A falta de opções para materiais de caráter visual é uma das maiores barreiras enfrentadas por indivíduos com deficiência visual ao interagir e entender informações online (LAZAR, 2007). Ademais, a escassez de descrições adequadas foi identificada como o quarto maior desafio no acesso à web por pessoas com deficiência visual em uma pesquisa realizada no Reino Unido em 2004 (PETRIE, 2005).

Conforme mencionado anteriormente, a acessibilidade comunicacional, deve promover o acesso à informação para pessoas com deficiência, a LBI no seu artigo 63, reforça essa informação como bem citou Napolitano et al (2016).

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (NAPOLITANO et al, 2016, p. 128).

Com base nisso, afirma-se que a acessibilidade comunicacional é essencial para a implementação da legislação vigente. Ademais, os obstáculos e limitações existentes na comunicação em relação à acessibilidade nas redes sociais enfatizam ainda mais essa relevância, o estudo de Gleason et al (2019) corrobora com essa afirmativa quando investigaram a situação da acessibilidade de imagens na plataforma Twitter, reuniram 1,09 milhão de tweets com fotos e descobriram que apenas 0,1% apresentava descrição alternativa.

Com a formalização do webjornalismo, compreendido como um formato em que as informações são geradas em plena adequação às plataformas digitais, “as reportagens começam a ser elaboradas utilizando uma linguagem composta por textos, áudios, clipes, gráficos e links, tudo organizado de maneira que o leitor possa optar por seu próprio caminho de leitura” (CANAVILHAS, 2006, p. 114). Isso indica que o jornalismo em plataformas digitais possui a ampliação de suas qualidades, atingindo novas interpretações e usos que antes eram inimagináveis. Porém, se o webjornalismo não incluir em suas ações a acessibilidade comunicacional, é certo que as minorias, principalmente pessoas com deficiência visual, ficaram excluídas do acesso as informações jornalísticas feitas em ambiente digital, como demonstra o pequeno recorte desta pesquisa.

Além disso, a falta de acessibilidade comunicacional no webjornalismo é um problema sério, pois “[...] a mídia possui um imenso potencial de informar o público e direcionar seu interesse para conteúdos que promovam a educação sobre os Direitos Humanos [...]” (NAPOLITANO et al, 2016, p. 129), além de influenciar a percepção coletiva por meio de suas decisões editoriais.

Diante da proposta deste trabalho, a acessibilidade na comunicação se revela como uma questão essencial e desafiadora em meio à crescente complexidade social mediante o processo de midiatização da sociedade (VERÓN, 2004). Verón (2004) investigou por mais de três décadas o fenômeno da midiatização, onde as lógicas midiáticas influenciam as maneiras como indivíduos, grupos e instituições interagem. Em sua proposta de um modelo para a análise da midiatização, demonstra que as interações entre as mídias, os indivíduos e as instituições se influenciam mutuamente, não ocorrendo de maneira linear. Assim, é fundamental examinar a presença ou ausência de tecnologias assistivas em comunicação nas redes sociais do webjornalismo na Amazônia, a fim de refletir sobre o processo de midiatização da sociedade e, em particular, sobre a acessibilidade na comunicação.

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme destaca Castells (1999), em uma sociedade onde os meios tecnológicos moldam práticas e relações, a informação adquire um valor fundamental. Nesse cenário, com a expansão da internet, a igualdade de acesso se torna ainda mais vital, especialmente quando a mídia está presente no dia a dia das pessoas e os canais de comunicação, incluindo o jornalismo como uma instituição social, possuem recursos que promovem a inclusão de grupos que foram historicamente marginalizados.

Este estudo trouxe uma análise inicial sobre a disponibilização de recursos assistivos para imagens no Instagram do jornal O Liberal, com base na avaliação das funcionalidades disponíveis nas interfaces da rede social, abrangendo duas tecnologias assistivas disponíveis para pessoas com deficiência visual.

Os achados indicaram que a totalidade das imagens que foram encontradas nos posts no Instagram do O Liberal não estão acessíveis ao público com deficiência visual. Um fato estarrecedor devido a grandiosidade e importância do jornal citado para o webjornalismo produzido na Amazônia. Ademais, o recorte da pesquisa foi muito pequeno e não pode ser considerado um parâmetro para citar que o webjoralismo desenvolvido na Amazônia é inacessível, precisaria de uma pesquisa mais aprofundada e com mais tempo de realização. Os resultados obtidos na análise e nas pesquisas possibilitam a identificação de ações e melhorias a serem implementadas na interface da rede sociai do jornal O Liberal, com o objetivo de torná-las mais acessíveis as pessoas com deficiência visual, como a utilização da audiodescrição feita tanto pela #praCegover quanto a utilização do texto alternativo.

Para pesquisas futuras, busca-se explorar mais essa temática e problemática: o porquê das redes sociais jornalísticas não usarem as tecnologias assistivas disponíveis, o quanto o webjornalismo não é acessível na Amazônia e o que as pessoas com deficiência visual pensam acerca da acessibilidade em redes sociais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Apenas 2,9% dos sites brasileiros foram aprovados em todos os testes de acessibilidade, aponta pesquisa. Web Para Todos, jul. 2024. Disponível em: https://mwpt.com.br/apenas-29-dos-sites-brasileiros-foram-aprovados-em-todos-os-testes-de-acessibilidade-aponta-pesquisa/. Acesso em: 1 out. 2024.

BRAILLE, Patrícia. Pra Cego Ver - Comunidade do Facebook (Post fixo), 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/PraCegoVer/. Acesso em 10 out. 2024.

CANAVILHAS, João. Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança. In: Comunicação e Sociedade, vol. 9-10, 2006, pp. 113-119.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. GOVERNO ELETRÔNICO. [n.d.]. Curso eMAG / Desenvolvedor. Tecnologia Assistiva: Leitores de Tela, 2022. Disponível em: http://emag.governoeletronico.gov.br/cursodesenvolvedor/introducao/tecnologia-assistiva-leitores-de-tela.html. Acesso em: 30 set. 2024.

GLEASON, Cole; CARRINGTON, Patrick; CASSIDY, Cameron, MORRIS, Meredith Ringel; KITANI, Kris & BIGHAM, Jeffrey. “It’s almost like they’re trying to hide it”: How User-Provided Image Descriptions Have Failed to Make Twitter Accessible. In The World Wide Web Conference on - WWW ’19. ACM Press, New York, New York, 2019, USA, 549–559. Disponível em: https://doi.org/10.1145/3308558.3313605. Acesso em 3 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional de saúde, 2013: indicadores de saúde e mercado de trabalho: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

LAZAR, Jonathan; ALLEN, Aaron; KLEINMAN, Jason e MALARKEY, Chris. What Frustrates Screen Reader Users on the Web: A Study of 100 Blind Users. International Journal of Human-Computer Interaction 22, 3 (may 2007), 247–269. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10447310709336964. Acesso em: 8 out. 2024.

MORAES, Catieli Pereira. Cego também usa Facebook: #PraCegoVer. Technical Report. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2018. Disponível em: http://repositorio.upf.br/handle/riupf/1505. Acesso em: 7 out. 2024.

NAPOLITANO, Carlo José; LEITE, Lucia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Acessibilidade em Pauta na Comunicação Midiática. Lisboa: Journal Of Research In Special Educational Needs, 2016.

OTTAIANO, Jose Augusto Alves; ÁVILA, Marcos Pereira; UMBELINO, Cristiano Caixeta & TALEB, Alexandre Chater. As condições de saúde ocular no Brasil 2019. São Paulo: Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 2019.

PETRIE, Helen; HARRISON, Chandra & HARRISON, Chandra. Describing images on the Web: a survey of current practice and prospects for the future. In Proceedings of the 11th International Conference on Human-Computer Interaction – HCI International, 2005. Las Vegas, USA.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto. Acessibilidade na Comunicação é um direito -: Comunicação Alternativa é um Caminho. Rio de Janeiro: Teias, 2008.

SILVA DOS ANJOS SEIXAS, Netília; OLIVEIRA DE CASTRO, Avelina. Imprensa e poder na Amazônia: a guerra discursiva do paraense O Liberal com seus adversários. Revista Comunicação Midiática, Bauru, SP, v. 9, n. 1, p. 101–119, 2014. Disponível em: https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/199.. Acesso em: 12 out. 2024.

TANGARIFE, Timóteo Moreira. A acessibilidade nos websites governamentais: um estudo de caso no site da Eletrobrás. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

VERÓN, Eliseo. Fragmentos de um Tecido. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

W3C. Understanding Success Criterion 1.1.1: Non-text Content, 2018. Disponível em: https: //www.w3.org/WAI/WCAG21/Understanding/non-text-content.html. Acesso em: 5 out. 2024.

1. Mestrando do Programa de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom-UFPA), andregs15@gmail.com. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Ciências: Desenv. Socioambiental (Naea/UFPA), mestre em Comunicação Social (Umesp) e graduada em Jornalismo (UFPA). Docente da Faculdade de Comunicação (Facom) e do Programa de Pós-Graduação ‘Comunicação, Cultura e Amazônia’ (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Cord. do Grupo de Pesquisa Inovação e Convergência na Comunicação-InovaCom (CNPq/UFPA. Integra a Rede JorTec e a RNCD. E-mail: elaide@ufpa.br. [↑](#footnote-ref-2)